

Centro Social Paroquial de Nossa Senhora do Carmo do

Alto do Lumiar

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2019

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Resultados por Valências	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	9
3. Principais Políticas Contabilísticas	10
3.1. Bases de Apresentação	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	20
5. Ativos Fixos Tangíveis	21
6. Rédito.....	22
7. Subsídios do Governo, apoios do Governo, legados e doações	22
8. Benefícios dos empregados.....	23
9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	23
10. Outras Informações	23
10.1. Clientes e Utentes.....	23
10.2. Créditos a receber.....	24
10.3. Diferimentos	24
10.4. Caixa e Depósitos Bancários	24
10.5. Fundos Patrimoniais	25
10.6. Fornecedores	25
10.7. Estado e Outros Entes Públicos	25
10.8. Outros Passivos Correntes.....	26
10.9. Subsídios, doações e legados à exploração	26
10.10. Fornecimentos e serviços externos	26
10.11. Outros rendimentos.....	26
10.12. Outros gastos.....	27
10.13. Resultados Financeiros	27
10.14. Outras informações relevantes	27
10.15. Acontecimentos após data de Balanço	28

[Handwritten signatures and initials]

Balanço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
Ativo não corrente	5		
Ativos fixos tangíveis		53 000,16	46 976,58
Investimentos financeiros		1 885,44	1 427,81
	Subtotal	54 885,60	48 404,39
Ativo corrente			
Utentes	10.1	372,24	-
Créditos a receber	10.2	13 427,73	20 857,62
Estado e outros Entes Públicos	10.7	439,74	6 907,65
Diferimentos	10.3	1 357,99	1 347,76
Caixa e depósitos bancários	10.4	161 280,63	162 481,32
	Subtotal	176 878,33	191 594,35
Total do Ativo		231 763,93	239 998,74
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		-	-
Reservas	10.5	1 500,00	1 500,00
Resultados transitados	10.5	195 441,15	205 909,64
Resultado Líquido do período		(1 670,83)	1 531,51
Total dos fundos patrimoniais		195 270,32	208 941,15
Passivo			
Passivo não corrente			
	Subtotal	-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	10.6	3 877,12	3 750,04
Estado e outros Entes Públicos	10.7	4 602,56	3 786,35
Diferimentos	10.3	3 211,44	-
Outros passivos correntes	10.8	24 802,49	23 521,20
	Subtotal	36 493,61	31 057,59
Total do passivo		36 493,61	31 057,59
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		231 763,93	239 998,74

Lisboa, 2 de março 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO



cras
 do
 na
 m
 z
 z
 z

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31/12/2019	31/12/2018
Vendas e serviços prestados	6	65 334,61	49 966,84
Subsídios, doações e legados à exploração	6/7/10.9	220 993,35	197 938,36
Fornecimentos e serviços externos	10.10	(55 278,38)	(47 234,31)
Gastos com o pessoal	8	(210 797,16)	(186 817,93)
Outros rendimentos	10.11	36,63	91,68
Outros gastos	10.12	(12 088,88)	(4 848,24)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8 200,17	9 096,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(9 896,32)	(8 304,48)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1 696,15)	791,92
Juros e rendimentos similares obtidos	10.13	25,35	757,44
Juros e gastos similares suportados	10.13	(0,03)	(17,85)
Resultados antes de impostos		(1 670,83)	1 531,51
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(1 670,83)	1 531,51

Lisboa, 2 de março 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Ass. Ricardo BSC

Chamada
[Handwritten signatures]

Demonstração dos Resultados por Valências

RENDIMENTOS E GASTOS	SAD (Serviço Domiciliário)	CC (Centro Comunitário)					Colónia Ferias	Total 2019
		CC e BA - Centro Comunitário e	ES - Espaço Sênior	CN - Casa de Naim	Geral	GIP e PSIC - Gabinete de Inserção Prof e		
Vendas e serviços prestados	33 965,11	0,00	1 005,00	2 259,50	0,00	0,00	28 105,00	65 334,61
Subsídios, doações e legados à exploração	49 775,28	10 880,96	21 760,03	16 319,50	83 004,24	21 760,03	17 493,31	220 993,35
Fornecimentos e serviços externos	-23 372,74	-323,81	-1 290,81	-1 208,06	-17 322,03	-48,40	-11 712,53	-55 278,38
Gastos com o pessoal	-116 684,19	-9 165,36	-10 708,48	-33 486,51	-21 220,50	-19 215,41	-316,71	-210 797,16
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00	0,00	0,00	36,63	0,00	0,00	36,63
Outros gastos e perdas	-146,79	0,00	-10,00	0,00	-11 932,09	0,00	0,00	-12 088,88
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	-56 463,33	1 391,79	10 755,74	-16 115,57	32 566,25	2 496,22	33 569,07	8 200,17
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 896,32	0,00	0,00	-9 896,32
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-56 463,33	1 391,79	10 755,74	-16 115,57	22 669,93	2 496,22	33 569,07	-1 696,15
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	25,35	0,00	0,00	25,35
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,03	0,00	0,00	-0,03
Resultado antes de impostos	-56 463,33	1 391,79	10 755,74	-16 115,57	22 695,25	2 496,22	33 569,07	-1 670,83
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-56 463,33	1 391,79	10 755,74	-16 115,57	22 695,25	2 496,22	33 569,07	-1 670,83

Lisboa, 2 de março 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

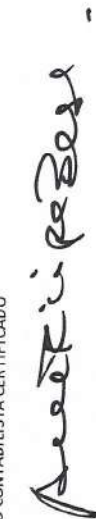
AristipideBasil.

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	6 10.5	-	1 500,00	205 909,64	-	-	1 531,51	208 941,15
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	10.5	-	-	1 531,51	-	-	(1 531,51)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7			1 531,51			(1 531,51)	-
RESULTADO EXTENSIVO	8							
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9=7+8							
Fundos							(1 670,83)	(1 670,83)
Subsídios, doações e legados								
Outras operações							(3 202,34)	(1 670,83)
POSICÃO NO FIM DO ANO 2019	10 10.5	-	1 500,00	195 441,15	-	-	(1 670,83)	195 270,32
6+7+8+10								

Lisboa, 2 de março 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6 10.5	-	1 500,00	186 370,28	-	-	19 539,36	207 409,64
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	10.5	-	-	19 539,36	-	-	(19 539,36)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	-	-	19 539,36	-	-	(19 539,36)	-
RESULTADO EXTENSIVO	8							
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9=7+8							
Fundos	10.5						1 531,51	1 531,51
Subsídios, doações e legados								
Outras operações							(18 007,85)	1 531,51
POSICÃO NO FIM DO ANO 2018	10 6+7+8+10	-	1 500,00	205 909,64	-	-	1 531,51	208 941,15

Lisboa, 15 de Fevereiro 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Ass. K. Ribeiro

C. Henriques
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

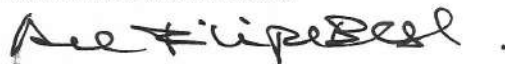
Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2019	31-12-2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		64 334,61	49 966,84
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(73 243,31)	(60 567,07)
Pagamentos ao pessoal		(145 825,91)	(129 159,15)
Caixa gerada pelas operações		(154 734,61)	(139 759,38)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(50 918,03)	(2 646,41)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(205 652,64)	(142 405,79)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(15 919,90)	(53 801,75)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		25,35	757,44
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(15 894,55)	(53 044,31)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		23 549,64	8 827,91
Outras operações de financiamento		196 796,89	184 737,25
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		(0,03)	(17,85)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		220 346,50	193 547,31
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(1 200,69)	(1 902,79)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		162 481,32	164 384,11
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	161 280,63	162 481,32

Lisboa, 2 de março 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO



C. Pereira





Anexo

1. Identificação da Entidade

Centro Social Paroquial de Nossa Senhora do Carmo do Alto do Lumiar (Carmoteca), reconhecida como IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, NIF 504560964, com sede em av. Maria Helena Vieira da Silva, 12B 1750-182 Lisboa e registada sob o n.º 38/98, a fls 166 do livro n.º das fundações de solidariedade social em Agosto de 1997. Tem como atividade a concessão de bens e a prestação de serviços sociais sem finalidade lucrativa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 8259/2015 de 29/07 – Norma contabilística e de relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL)
- Portaria n.º 218/2018 de 23/07 – Código de Contas específico para as Entidades do Sector não Lucrativo (CC-ESNL)
- Portaria n.º 220/2018 de 24/07 – Modelo de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Sector não Lucrativo (CC-ESNL)

As Demonstrações Financeiras, juntamente com a restante informação presente neste relatório, constituem as contas oficiais da Carmoteca, para fins legais e fiscais e foram preparadas sob os princípios contabilísticos geralmente aceites.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

8
Cher
M
y
20
M

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Notas 11.9) e "*Diferimentos*" (Nota 11.3)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou

L
Cherice
AS
M
uf
20
A55

inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

[Handwritten signatures and initials in the right margin]

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil Estimada
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento Básico	4 a 10
Equipamento de Transporte	4 a 8
Equipamento Administrativo	2 a 6
Outros activos fixos tangíveis	2 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

[Handwritten signatures and initials]

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "*Propriedades de Investimento*" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "*Aumentos/reduções de justo valor*", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção

8
Croni
B
M
M
X
2200
Σ
MSS

na rubrica "*Propriedades de investimento em desenvolvimento*" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "*Variação de valor das propriedades de investimento*", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "*Investimentos Financeiros*" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade,

[Handwritten signatures and initials]

exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.5. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

81
Cher
B
M
ay
20
A/B

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

[Handwritten signatures and initials]

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

[Handwritten signatures and initials]

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2019						
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	22 610,47	15 919,90	-	-	-	38 530,37
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	32 754,18	-	-	-	-	32 754,18
Equipamento administrativo	27 511,43	-	-	-	-	27 511,43
Outros Ativos fixos tangíveis	1 782,74	-	-	-	-	1 782,74
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-	-
Total	84 658,82	15 919,90	-	-	-	100 578,72
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 261,05	3 853,04	-	-	-	6 114,09
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	6 761,53	5 198,53	-	-	-	11 960,06
Equipamento administrativo	26 876,92	844,75	-	-	-	27 721,67
Outros Ativos fixos tangíveis	1 782,74	-	-	-	-	1 782,74
Total	37 682,24	9 896,32	-	-	-	47 578,56
Total Líquido	46 976,58	6 023,58	-	-	-	53 000,16

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	22 610,47	-	-	-	22 610,47
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	1 563,00	31 191,18	-	-	-	32 754,18
Equipamento administrativo	27 511,43	-	-	-	-	27 511,43
Outros Ativos fixos tangíveis	1 782,74	-	-	-	-	1 782,74
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-	-
Total	30 857,17	53 801,65	-	-	-	84 658,82
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	2 261,05	-	-	-	2 261,05
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	1 563,00	5 198,53	-	-	-	6 761,53
Equipamento administrativo	26 032,02	844,90	-	-	-	26 876,92
Outros Ativos fixos tangíveis	1 782,74	-	-	-	-	1 782,74
Total	29 377,76	8 304,48	-	-	-	37 682,24
Total Líquido	1 479,41	45 497,17	-	-	-	46 976,58

6. Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	65 334,61	49 966,84
Utentes e Comunidade	65 334,61	49 966,84
Subsídios Doações e Outros	220 993,35	197 938,36
Subsídios do estado e outras entidades públicas	197 443,71	184 737,25
Doações e Heranças	23 549,64	13 201,11
Ganhos por aumentos de justo valor	-	-
Outros rendimentos	36,63	91,68
Juros	25,35	757,44
Total	286 389,94	248 754,32

7. Subsídios do Governo, apoios do Governo, legados e doações

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2019	2018
Subsídios do Governo	157 329,84	152 009,16
Centro Regional Seg Social	157 329,84	152 009,16
Apoio Domiciliário	48 529,80	23 445,90
Centro Comunitário	108 800,04	128 563,26
Autarquias	500,00	1 000,00
Junta e freguesia do Lumiar	500,00	1 000,00
IEFP	2 905,59	-
Outras Entidades	36 708,28	31 728,09
Doações e Heranças	23 549,64	13 201,11
...	-	-
Total	220 993,35	197 938,36

8

Cherme

PS

AM

MY

X

MC

CHS

8. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos e sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 14, e 12 em 31/12/2018

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	172 716,88	153 576,19
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	34 131,84	30 444,90
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2 448,20	1 516,06
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	1 500,24	1 280,78
Total	210 797,16	186 817,93

9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica "Clientes e utentes" regista os seguintes montantes:

[Handwritten signatures and initials]

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes c/c		
Utentes SAD	372,24	-
Utentes Centro Comunitário	-	-
Utentes Gerais	-	-
Total	372,24	-

10.2. Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Fornecedores Saldos Contrários	262,19	
Paróquia Lumiar	-	12 000,00
IEFP	4 281,92	-
Outros	8 883,62	8 857,62
Total	13 427,73	20 857,62

10.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Seguros	1 357,99	631,77
Outros	-	715,99
Total	1 357,99	1 347,76
Rendimentos a reconhecer		
Outros	3 211,44	-
Total	3 211,44	-

10.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	814,83	236,68
Depósitos à ordem	75 465,80	77 244,64
Depósitos a prazo	85 000,00	85 000,00
Outros	-	-
Total	161 280,63	162 481,32

Handwritten signatures and initials:
k
C. Kien
[illegible signatures]

10.5. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos	-	-	-	-
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	1 500,00	-	-	1 500,00
Resultados transitados	205 909,64	1 531,51	(12 000,00)	195 441,15
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
Total	207 409,64	1 531,51	(12 000,00)	196 941,15

A redução verificada na rubrica de Resultados transitados deveu-se a um donativo de 12.000€ concedido à Paróquia do Lumiar referente ano 2018 o qual só foi registado em 2019.

10.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	3 877,12	3 750,04
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	3 877,12	3 750,04

10.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)* ao abrigo dec lei 20/90	439,74	6 907,65
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	439,74	6 907,65
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	705,00	591,00
Segurança Social	3 897,56	3 195,35
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	4 602,56	3 786,35

8L
C. Maria
[Handwritten signatures and initials]

10.8. Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	24 602,49	-	23 521,20
Outros credores	-	200,00	-	-
Total	-	24 802,49	-	23 521,20

Na rubrica de credores por acréscimo de gastos está subjacente a estimativa de subsídios de férias, férias incluído os encargos da segurança social, a auferir no ano 2020.

10.9. Subsídios, doações e legados à exploração

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados na Nota 7.

10.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	811,80	590,40
Serviços especializados	7 992,85	7 215,72
Materiais	4 717,90	8 130,77
Energia e fluidos	1 116,87	1 174,14
Deslocações, estadas e transportes	1 052,82	5 748,23
Serviços diversos	39 586,14	24 375,05
Alimentos prontos a consumir	23 581,74	17 381,28
Limpeza, higiene e conforto	5 037,36	5 144,67
Outros	10 967,04	1 849,10
Total	55 278,38	47 234,31

10.11. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Correções relativas a períodos anteriores	-	24,44
Outros	36,63	67,24
Total	36,63	91,68

[Handwritten signatures and initials]

10.12. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	6 234,18	20,44
Correções exercícios anteriores	1 340,01	-
Donativos	4 110,00	3 900,00
Quotizações	392,19	521,40
Outros	12,50	406,40
Total	12 088,88	4 848,24

10.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	(0,03)	(17,85)
Total	(0,03)	(17,85)
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	25,35	757,44
Total	25,35	757,44
Resultados financeiros	25,32	739,59

10.14. Outras informações relevantes

O número médio de utentes foi em 2019 e 2018, o seguinte:

Descrição	2019	2018
SAD - Apoio domiciliário	15	15
Centro Comunitário	393	407
Espaço Sénior	22	18
Centro de Naim	29	32
Colonia	143	126
Inserção profissional	103	133
Atendimento Social	71	77
Acompanhamento Psicologico	25	21
Total	408	422

Handwritten signatures and initials:
C. Henri
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

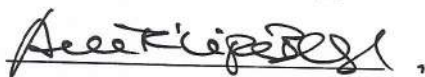
10.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, dia 02 de março de 2019

O Contabilista Certificado



A DIREÇÃO

